

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 2 de julho de 1985

Os primeiros cem dias da nova política econômica

O fim da primeira fase da política econômica da Nova República coincide com o término do primeiro semestre. Se é verdade que os maiores desafios serão enfrentados nos próximos meses, não o é menos que o governo teve bastante êxito nesse período inicial, mantendo intacta a credibilidade com que assumiu.

A série de aumentos que entraram em vigor logo no primeiro dia do segundo semestre de 1985 sinaliza o esgotamento do prazo de carência com que o governo contou para fazer valer um controle férreo de preços privados e públicos, mas a análise dos resultados comprova que, apesar dos pesares, a medida foi oportuna.

É verdade que a margem de ganhos na taxa anual da inflação não foi substancial: a taxa acumulada do Índice Geral de Preços (IGP), Disponibilidade Interna, que era de 225,9% nos doze meses terminados em fevereiro, baixou para 221,4% em junho. Mas o que se deve considerar é que a taxa de crescimento mensal do IGP, que, nos primeiros três meses do ano,

estava na faixa de 10 a 13%, tendendo para cima, reduziu-se para 7 a 8%. Paralelamente, a taxa anual de crescimento da base monetária, que era de 266,6% em fevereiro, retrocedeu para 198,4%.

Isso tornou irreais e fantiosas as projeções correntes nos meios empresariais de que a inflação neste ano ficaria certamente acima de 300%. A vitória alcançada pelo governo nesse campo é tanto mais significativa se considerarmos o período de doença do presidente Tancredo Neves, que naturalmente afetou todos os setores da administração federal, dificultando a articulação do governo. A incerteza também se fez sentir intensamente na área empresarial, mas nem por isso houve um declínio do ritmo de atividade econômica, que manteve sua progressão regular.

Não falta agora quem preveja que tudo o que foi conseguido no combate à inflação está destinado a se esborrar com a liberação dos reajustes contidos à força. Não existem mais condições para que o governo mantenha os preços tão

controlados como na fase inicial, mas estamos convencidos de que se enganam os que prevêem uma avalanche de elevações de preços, fazendo a taxa mensal de inflação voltar para a faixa de 12 a 13%.

O atual governo mostrou competência na administração dos preços — área em que nunca o governo anterior logrou êxitos significativos — e é lícito esperar que os atuais responsáveis pela política econômica sejam capazes de ordenar os reajustes de ora em diante de acordo com a perspectiva de uma inflação decrescente.

O atual governo não se desmoralizou, nos seus primeiros cem dias, no combate à inflação e não houve, também nesse período, nenhuma deterioração nas contas externas. O movimento das exportações foi bastante fraco nos dois primeiros meses, mas recuperou-se a partir de março. De janeiro a maio deste ano, o saldo acumulado na balança comercial é de US\$ 4,265 bilhões, inferior, mas não muito, ao total no mesmo período do ano passado

(US\$ 4,668 bilhões). Em consequência, o nível das reservas cambiais ainda é confortável, chegando a US\$ 8,4 bilhões pelo conceito do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Tais números demonstram cabalmente, a nosso ver, que o governo soube administrar o caos econômico que recebeu como herança. É claro que isso não basta: é indispensável, e as autoridades têm perfeita consciência disso, eliminar o caos. Para sanar o vultoso déficit público, não há outra saída senão dolorosos cortes nas despesas e nos investimentos públicos e aumento da carga tributária. É preciso fazê-lo sem obrigar o governo a descumprir a promessa de não permitir que o País descambe para a recessão.

A política econômica deve, portanto, ser pautada pelo equilíbrio, embora não possa ser formulada em sua inteireza enquanto não forem concluídas as negociações com os credores externos e o FMI — e este, sem dúvida, é o maior desafio da fase em que agora ingressamos.